

O ARRANJO TERRITORIAL E SUA INFLUÊNCIA NAS RELAÇÕES DE CONTROLE ESTABELECIDAS NA FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA COM OLHAR ESPECIAL NA CIDADE DE CORUMBÁ-MS

El Arreglo Territorial y su Influencia en las Relaciones de Control Establecidas en la Frontera Brasil-Bolivia con una Mirada Especial en la Ciudad de Corumbá-MS

Éder Damião Goes KUKIEL*

Resumo: Este artigo procura analisar como o arranjo territorial influencia a maneira como o Estado realiza vigilância e controle em um espaço fronteiriço. As cidades de Corumbá-MS e Puerto Quijarro-SC, na fronteira Brasil-Bolívia conformam o espaço geográfico de análise. Este trabalho decorreu de reflexões teóricas e pesquisa de campo. Observou-se que o controle imposto pelo Estado interfere na vida, na liberdade individual da população fronteiriça que faz parte dessa diáde.

Palavras-chave: Fronteira, Controle, Brasil, Bolívia.

Resumen: Este artículo busca analizar cómo el arreglo territorial tiene influencia en la manera como el Estado realiza su vigilancia y control dentro de uno espacio fronterizo. Las ciudades de Corumbá-MS y Puerto Quijarro-SC, en la frontera Brasil-Bolivia conforman el espacio geográfico de análisis. Este trabajo se desarrolló de reflexiones teóricas y de investigación de campo. Fue posible observar como ese control impuesto por el Estado puede inferir en la vida, la libertad individual de la población fronteriza que hace parte de esa dupla realidad.

Palabras clave: Frontera, Control, Brasil, Bolivia.

Introdução

O propósito desse artigo é analisar como o arranjo territorial influencia na forma como o Estado realiza seu controle dentro de uma área de fronteira, com especial olhar na fronteira Brasil/Bolívia entre os municípios de Corumbá, no estado de Mato Grosso do Sul e Arroyo Concepción, Puerto Quijarro, na província de German Bush, departamento de Santa Cruz, Bolívia. Empiricamente se percebe que existem barreiras impostas pelo Estado com o objetivo de vigiar e controlar o fluxo de pessoas e mercadorias que circulam por esse espaço fronteiriço. Este trabalho tem como foco a fronteira em seus aspectos alfandegários e controle de passagem de pessoas, não analisando aspectos relacionados à segurança militar.

Metodologicamente esse trabalho originou-se das reflexões advindas da

* Graduado em Geografia e Mestre pelo programa de Estudos Fronteiriços. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Câmpus Pantanal. (kukielgeografia@gmail.com).

disciplina “Multiplicidade Territorial e Fronteiras” do curso de doutorado da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), e de pesquisas de campo já realizadas no período da dissertação no mestrado em Estudos Fronteiriços, na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Câmpus do Pantanal (UFMS/CPAN), onde se analisou o efeito fronteira no setor da construção civil na cidade de Corumbá-MS.

Para esse trabalho utilizou-se elementos observados nas pesquisas de campo, como tipo e quantitativos de estabelecimentos da construção civil nas áreas urbanas de Corumbá e de Puerto Quijarro. Nesse sentido, adotou-se conversas dirigidas com gerentes e funcionários dessas lojas para saber quem eram os principais consumidores de produtos do local e se os brasileiros compravam muito ali e como transportavam a mercadoria adquirida.

Para estimar esse efeito fronteira na construção civil, foram realizadas entrevistas e conversas informais com um total de vinte e uma pessoas, dentre consumidores, lojistas, pedreiros, mestre de obras de ambos os lados dessa díade fronteira, Auditores Fiscais da Receita Federal, onde se tornou possível conhecer os sujeitos da construção civil e a dinâmica territorial relacionada a essa atividade que ocorre nessa fronteira Brasil-Bolívia.

Fronteira e Controle

A fronteira surge como forma do Estado demarcar seu território, e estabelecer até onde vai sua jurisdição e suas prerrogativa de controle. A partir da Europa medieval, com a difusão da ideia de propriedade privada, que o conceito de fronteira como limite surge, com a demarcação dos reinos, permitindo assim sua melhor organização e gestão do seu território (FOUCHER, 1991; MARTIN, 1997).

A prerrogativa de controle é um elemento fundamental para o surgimento das fronteiras, pois se trata do ato de separar soberanias, ou mesmo estabelecer elementos de diferenciação entre “nós” e “eles”. Para Foucher (1991), fronteira está ligado ao sentimento de pertencimento, de formação de identidades. Outra questão ressaltada por Foucher (2009), é o papel do Estado como administrador dessa soberania delimitada, através de seus elementos de controle. Moura (2000), salienta que, a fronteira reflete o exercício da dominação ou mesmo da autoridade, para dar segurança e proteção aos territórios de sua soberania.

Para Foucault (1993), não existe poder no singular, mas muitos poderes ou formas de dominação, se apresentam sempre sobre influência local ou mesmo regional, possuem uma dinâmica própria de funcionamento e são formas heterogêneas de poder. Com isso é possível perceber que as relações de poder dentro de uma fronteira não se estabelecem em uma via única, como de cima para baixo ou vice e versa, ela emana em diversas escalas e situações.

Essas relações políticas que de modo geral é administrada por variados tipos de autoridades, dependendo da extensão de tal território. Raffestin (1993) lembra que sem partições o poder não tem referência e estrutura, dessa forma não será capaz de manter sua atuação de forma permanente.

Poder que pode estar relacionado com a capacidade de se estabelecer controle sobre os fluxos que permeiam essa fronteira. Cataia (2007) relaciona o exercício do poder ao ato de manipular a oposição entre continuidade e descontinuidade.

Esse controle pode se manifestar de várias formas, dentre elas as leis, que são regras estabelecidas que regulam a forma de atuação da sociedade dentro de um Estado. Cataia (2007) lembra que no Brasil, municípios também produzem leis, e com isso sofrem ação de grupos que pretendem ter acesso a esse instrumento de poder. Cigolini (1999), sugere que as criações dos municípios constituiriam, assim, uma prática espacial viabilizadora de um projeto social que está relacionado ao controle do território, de forma principal em áreas de fronteira.

As fronteiras são espaços de ação de vários sujeitos (políticos, sociais, econômicos etc.) lugar de encontro de pessoas e circulação de mercadorias, onde

através desse contato, expressam suas territorialidades. Para Benedetti (2011), a fronteira representa um importante elemento de organização territorial, onde o Estado estabelece suas leis, sua política e a sua capacidade de gestão. Para Machado (2006), ela pode ser entendida como lugar de interação e de conflitos, lugar de possibilidades que engloba realidades diversas.

As barreiras são expressões das relações de poder dos Estados nacionais, que são usadas como instrumento de controle e intervenção nessas zonas de fronteira. A fronteira é um espaço de circulação de fluxos, tanto de pessoas como de serviços e capitais, um lugar de encontros e trocas, de efusão social, onde novas identidades territoriais acabam por se formar, apesar dos impedimentos e dos constrangimentos que nelas se fazem presentes.

Para Steiman e Machado (2002, p.11), mesmo que esta se apresente de forma disfuncionalizada, não demonstrando efeito no cotidiano vivido, a fronteira acaba por ressaltar as diferenças legais, acentuando a identidade territorial por meio da separação entre o “nacional” e o “não nacional”, através do seu impedimento jurídico, político e ideológico.

Para Turner (1961), as fronteiras são locais de nascimento de territórios e identidades. No espaço fronteiro entre Brasil-Bolívia existem elementos que dificultam uma maior interação entre seus territórios, em especial ligados aos limites impostos pelo Estado. De acordo com Moreira (2006) torna-se possível classificar quatro tipos de interações que ocorrem entre as populações de espaços de fronteira: a) as que decorrem das relações naturais de vizinhança, que se expressam pela cooperação transfronteiriça, b) de aproveitamento unilateral de oportunidades, onde por questões cambiais ou tributárias um dos lados acaba por levar vantagem nesse comércio fronteiro c) de estabelecimento de uma verdadeira cultura de cooperação, onde ocorre plena cooperação e mobilidade de pessoas e mercadorias d) as interações que derivam de uma pseudo-cooperação transfronteiriça, onde existe uma falsa ou mesmo uma unilateral cooperação fronteira.

Nesse sentido, os fluxos se tornam cada vez mais intensos, amplificando a complexidade das territorialidades que atuam nessa área, especialmente aquelas ligadas a atividades econômicas, surgindo novos sujeitos sociais, que por vezes interferem na gestão territorial do espaço fronteiro.

Souza e Aranha Silva (2011, p. 3) indicam que: “A fluidez territorial é a qualidade do movimento associada à infraestrutura” e “a porosidade territorial é a qualidade da regulação do movimento”. Pensando nas afirmativas, a fluidez e a porosidade são indissociáveis e estão diretamente relacionadas aos fixos e aos

fluxos ou ao sistema de objetos e ações (SOUZA; ARANHA SILVA, 2011). Arroyo (2001) considera a fluidez e a porosidade como atributos do território fundamentais para a integração e o pressuposto de uma maior coesão entre as populações de espaços fronteiriços.

Outro elemento dinamizador de fluxo de pessoas e mercadorias é a assimetria econômica presente nessa díade fronteiriça. De acordo com Bentancor (1995), essas assimetrias setoriais provocam a formação de estruturas produtivas que se utilizam dessas diferenças para o seu benefício, em razão das vantagens que elas proporcionam.

Em relação à fronteira Brasil-Bolívia, entre os municípios de Corumbá e Puerto Quijarro existe uma assimetria econômica que propicia trocas constantes entre esses dois povos, através do comércio. São culturas distintas que convivem nessa interseção fronteiriça, num exercício de aproximação, inter-relação e distinção (Costa, 2012).

As assimetrias econômicas são importantes elementos de produção dessa mobilidade transfronteiriça, que possibilitam aumento dos fluxos de pessoas em busca de oportunidades e trabalho. Steiman (2002) descreve que a alta mobilidade de trabalhadores na fronteira Estados Unidos e México está relacionada ao momento político, econômico e cambial de cada país, trazendo grande instabilidade nesses fluxos. No caso da fronteira entre Corumbá e Puerto Quijarro de acordo com Kukiél (2015), existe um fluxo diário de trabalhadores da construção civil que atravessam essa fronteira, tanto brasileiros indo trabalhar na Bolívia, como bolivianos vindo trabalhar no Brasil. Não havendo imposições a essa passagem pelas instituições responsáveis pelo controle localizados nesse espaço fronteiriço.

Oliveira (2009) indica que a fronteira Brasil-Bolívia é acentuadamente assimétrica. De fato, se percebe, de forma empírica, marcantes diferenças entre: as economias, a cultura, a infraestrutura, a organização dos serviços públicos e os preços dos produtos. Isso permite conjecturar que boa parte dos fluxos fronteiriços, nesse caso, se dá pelas oportunidades geradas num e noutro lado da fronteira.

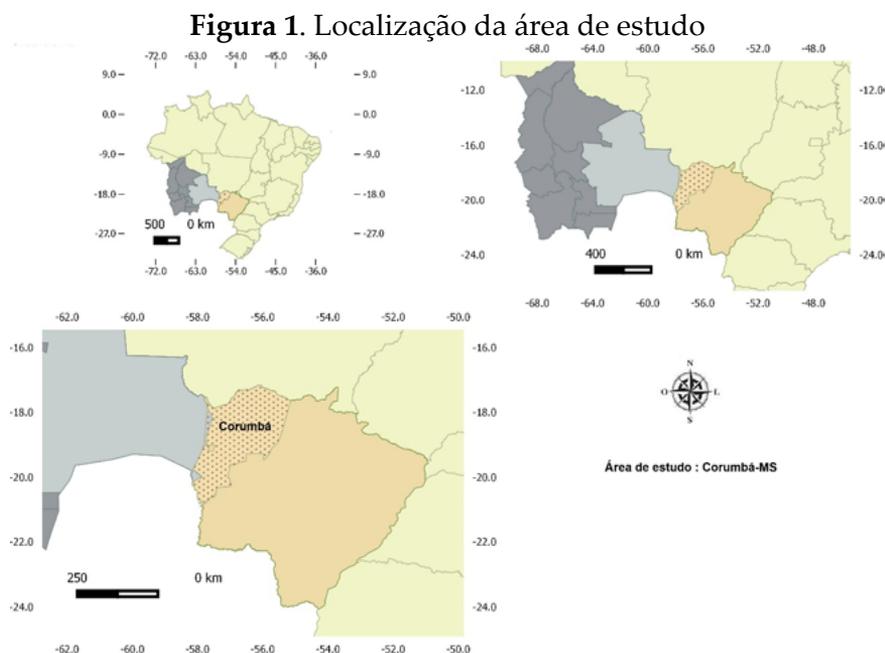
Observa-se, também, em conformidade com Costa (2012), que essa proximidade geográfica, aliada às características urbanas de Corumbá e as relações, históricas construídas, entre brasileiros e bolivianos no local, permitiu forte dinâmica social e econômica nessa fronteira. O Estado tem seu papel de soberano, onde através de suas instituições de vigilância (Polícia Federal, Receitas Federal, etc.), estabelecem seu controle dentro desse espaço fronteiriço.

Fronteira Brasil/Bolívia e as relações de controle estabelecidas pelo Estado

O espaço geográfico em questão, a fronteira Brasil-Bolívia, é formado por quantos territórios forem às motivações de estudo e escala de análises. Neste caso, os territórios foram analisados na escala dos municípios Corumbá, do lado brasileiro e das seções municipais Puerto Quijarro e seu distrito Arroyo Concepción, do lado boliviano. O foco principal centrou-se no município de Corumbá, e as instituições de controle ali presentes (Figura 01).

Corumbá é o maior município do Estado de Mato Grosso do Sul em área territorial, com 64.964,90 km² além de ocupar 60% da área do Pantanal sul-mato-grossense (SEBRAE, 2010). A cidade está situada à margem direita do rio Paraguai. A margem oposta constitui-se de uma extensão de terras baixas, cujas águas, nas cheias regulares do rio, atingem níveis de até cinco metros, dificultando a expansão urbana nessa direção (SOUZA, 2003, p. 01).

Corumbá faz limites com os municípios de Sonora, Coxim, Rio Verde de Mato Grosso, Miranda, Porto Murtinho e Ladário, no Mato Grosso do Sul; Barão de Melgaço, Cáceres e Poconé, no Estado de Mato Grosso. Também faz limites com a parte leste da República da Bolívia, a área urbana de Corumbá é ligada com as cidades bolivianas de Puerto Suarez, Puerto Aguirre e Puerto Quijarro. O município conta, além da sede, com os distritos de Albuquerque, Amolar, Forte Coimbra, Nhecolândia, Paiaguás e Porto Esperança. Estas extensas áreas de terras são pouco povoadas, voltadas para atividade da pecuária e pesca.



Autor: KUKIEL, E.D.G. (2017).

Outra característica a ser destacada é o fato de fazer fronteira com a Bolívia, e uma importante rota para a exportação e importação de produtos para esse país, tendo como principais caminhos para o transporte a BR 262, juntamente com o rio Paraguai.

A pauta boliviana de exportação para o Brasil inclui o gás natural através do gasoduto Bolívia/Brasil e a soja produzida no Departamento de Santa Cruz que fazem caminho pelo município de Corumbá para adentrar o Brasil, (SILVA, 2012). Outro ponto importante a ser destacado é o uso dos meios fluviais (hidrovia Paraná-Paraguai) para escoar as exportações bolivianas a outros países, além do Brasil. Utiliza-se, entre outros, o Puerto Aguirre e a navegação fluvial, como uma saída desse país para acesso ao oceano Atlântico.

Em relação ao transporte rodoviário, a presença do Estado na fronteira Brasil-Bolívia, para fiscalizar e regulamentar, se faz através do Porto Seco ou Estação Aduaneira Interior (EADI) da AGESA AS (Armazéns, Gerais, Alfandegados, Mato Grosso do Sul). Essa empresa presta serviços para a Receita Federal, sendo responsável por fazer os trâmites alfandegários (SILVA, 2012).

A presença do Estado se faz para estabelecer um controle tanto no fluxo de pessoas como de mercadorias, de forma principal nos veículos que saem da Bolívia em direção ao Brasil. Também pessoas que passam por essa fronteira passando por algum tipo de revista ou mesmo responder a questões relacionadas com o transporte de algum tipo de produto. Como forma de escapar desse controle muitos comerciantes fazem uso de estradas vicinais, conhecidas como cabriteiras, que de acordo com Sabatel (2013, p. 63) são definidas como estradas de livre acesso entre Brasil e Bolívia localizadas em Assentamentos Rurais, cujo nome se deve às péssimas condições apresentadas, na fala dos assentados: “só cabrito consegue passar”. Essa dificuldade não é mais a mesma, porém o nome permanece até hoje.

A característica que facilita esse controle estabelecido pelo Estado nessa fronteira Brasil/Bolívia é a forma do seu arranjo territorial se apresenta, de acordo com Benedetti (2011), tem como característica, uma conurbação fronteiriça, ou mesmo uma semi-conurbação como aponta Machado (2009). Onde para se ter acesso ao lado boliviano da fronteira, os veículos e pessoas fazem uso de forma principal, avenida Ramão Gomes, onde o Estado instalou suas instituições de controle como a Polícia e Receita Federal, (Figura 02).

Figura 02. Receita Federal Localizada na Rodovia Ramão Gomes.

Autor: KUKIEL, E.D.G. (2017).

Porém existem elementos que o diferenciam, uma ponte, elementos que descontinuum, ajudam e facilitam o controle, por parte do Estado que tem a prerrogativa do poder e estabelecer domínio nessa fronteira. Existem também a presença de territórios tampões; como uma área destinada a atividade militares, um cemitério, um terreno que pertence ao Aeroporto local, o parque Marina Gataz, e um terreno que pertence a Policia Florestal.

Esses espaços citados tem a função de território tampão, que no caso dessa fronteira entre Brasil e Bolívia tem a função de impedir a formação de uma conurbação plena entre as cidades de Corumbá e Puerto Quijarro. Com isso a existiria uma dificuldade para o Estado em estabelecer sua vigilância e controle nesse espaço fronteiriço.

Essa característica corrobora para a realização desse controle, quando comparamos com fronteiras conurbadas com um arranjo territorial diferenciado das analisadas entre Corumbá e Puerto Quijarro, observa-se sua influência na realização desse domínio fronteiriço. Como exemplo a fronteira entre Ponta Porã que fica do lado brasileiro e Pedro Juan Caballero lado paraguaio, apresenta como característica ser uma conurbação fronteiriça plena, onde os fluxos e mobilidades se realizam sem essa gerência absoluta que o Estado tenta estabelecer em áreas de fronteira.

A fronteira entre Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, demonstra um alto grau de complementaridade entre duas cidades, que possuem assimetrias econômicas e grande mobilidade de pessoas e mercadorias entre a população fronteiriça. Esse arranjo territorial permite que o acesso a serviços seja feito sem interferência do Estado. Como exemplo as compras feitas por paraguaios nos mercados brasileiros. Ou a compra de gás de cozinha, que através de ligação de telefone de um morador de Ponta Porã para uma empresa revendedora de gás localizada em Pedro Juan Caballero, esse produto será entregue sem maior interferência do Estado para o cliente brasileiro em seu domicílio no Brasil.

Outro caso que apresenta uma complementaridade entre cidades fronteiriças é entre as cidades de Leticia (Colômbia), e Tabatinga (Brasil), onde diversos serviços ocorrem entre essas dois locais sem um controle por parte do Estado. De acordo com Steiman (2002), Tabatinga, por exemplo, usufrui quando necessário dos serviços prestados pelo corpo de bombeiros de Leticia, que ela mesma não possui. Enquanto o combustível usado por Leticia é comprado em Tabatinga. Bem como o Hospital de guarnição em Tabatinga, que é utilizado tanto por colombianos como por peruanos. Outro exemplo usado por Steiman (2002) é o transporte coletivo que circula em ambas as cidades aceitando tanto dinheiro brasileiro como colombiano, graças a um acordo entre essas localidades fronteiriças, abastecendo por exemplo onde o combustível tiver o menor valor.

Além a via terrestre, outro meio utilizado são as duas centrais portuárias situadas nas margens do Canal do Tamengo, no lado fronteiriço boliviano, responsáveis pelo embarque e desembarque de mercadorias. A Central Aguirre possui três terminais: um destinado a grãos, outro a combustíveis e um terceiro para contêineres. Este terminal funciona como posto aduaneiro e os produtos que ali chegam são, geralmente, designados ao Departamento de Santa Cruz (SILVA, 2012). O Porto da Gravetal S.A. é destinado ao embarque e desembarque de grãos e combustíveis (Figura 03). Na atualidade é controlada pela PDVSA, empresa venezuelana que pretende investir no aumento da capacidade importação de combustíveis com a construção de mais cinco tanques, somando-se aos dos três já existentes (SILVA, 2012).

Figura 03. Portos na fronteira Brasil (Corumbá e Ladário) – Bolívia (Puerto Quijarro e Puerto Suarez)



Fonte: Silva (2012, p. 72).

Os produtos mais vendidos do Brasil para a Bolívia são bens de capital, como equipamentos para indústria e para agricultura, bens de consumo como produtos de linha branca e alimentos. Já na pauta de produtos bolivianos que são exportados para o Brasil estão: o feijão, o borato de potássio, as madeiras e o gás natural, principal produto exportado através do gasoduto Brasil-Bolívia (SILVA, 2012).

Em relação a fluxo de trabalhadores, como observado por Kukiél (2015), em Corumbá existem funcionários da construção civil bolivianos que são trazidos pela empreiteira para qual prestavam serviços para o lado brasileiro da fronteira para trabalharem. Nesse caso, vinham em veículos de transporte coletivo, de placa brasileira para não serem parados pela fiscalização na fronteira. Dessa forma, era possível driblar a ausência de permissão especial para trabalhar no Brasil, bem como a fiscalização de transporte de pessoas, pois os serviços de táxi boliviano são restritos até a aduana brasileira.

De acordo com Kukiél (2015), trabalhadores do setor da construção civil da cidade de Corumbá também realizavam suas atividades em Arroyo Concepción, sendo transportados em vans bolivianas (Figura 04). Período diário de trabalho de oito horas de atividades, com pausa de duas horas para o almoço, nunca tiveram qualquer tipo de fiscalização por parte de órgãos do Estado boliviano durante

seu transporte, por vezes, foram parados pela Receita Federal brasileira para averiguar se traziam algum produto não permitido. Portanto, foram fiscalizadas possíveis irregularidades de mercadorias, não de pessoas. Assim como apontada por Moura (2000), a existência de uma racionalidade na abordagem e nas pessoas que são revistadas nessa passagem da díade fronteiriça. Onde pessoas e produtos podem ou não ser permitida sua passagem em função de um interesse por trás dessa racionalidade existente.

Outro elemento usado como forma de controle são as barreiras que existem na BR 262, que realizam revistas em veículos de pequeno e grande porte, conforme passam por essas barreiras. Nessas revistas realizadas, busca-se produtos cujo seu comércio e transporte não são permitidos dentro do território brasileiro. Ou caso sejam permitidos que não estejam em quantidades permitidas conforme estabelecidos pela Receita Federal.

De forma geral existe uma racionalidade na escolha dos veículos abordados, ou mesmo nas revistas que são comuns nos ônibus de passageiros que tem essa fronteira como ponto de partida ou mesmo passam por ela. De acordo com Costa (2011), essa forma de abordagem acaba por trazer constrangimento a esses fronteiriços, que pelo fato de morar nessa díade o torna um possível contraventor na visão do Estado, passível de levar esses produtos não permitidos pela legislação brasileira.

Figura 04. Vans bolivianas utilizadas para transporte de trabalhadores



Autor: KUKIEL, E.D.G. (2015).

Torna-se necessário novas formas de abordagens que apesar de existirem apreensões de drogas, existe um constrangimento nos questionamentos feitos pelos policiais para com as pessoas que são abordadas. Sendo necessário novas formas de se realizar essa revista sem que isso limite a liberdade individual dessa população fronteiriça ou mesmo de alguma pessoa que esteja de passagem por essa fronteira, (COSTA, 2011).

Essa vigilância se torna perceptível no fluxo comercial entre as cidades fronteiriças de Corumbá e Puerto Quijarro. Apesar da assimetria econômica presente que dinamizaria esses fluxos, a presença das instituições e a sua atuação acaba por inibir essa maior troca comercial.

Um exemplo que pode ser utilizado são as feiras livres presentes na cidade de Corumbá-MS, durante todos os dias da semana, sendo cada dia realizada em um bairro diferente do município. Durante uma pesquisa de campo realizada por alunos do sexto semestre de Geografia da UFMS Campus do pantanal no ano de 2016 na disciplina de Geografia da Fronteira, junto aos comerciantes bolivianos que ofertam seus produtos nessas feiras livres, com o objetivo de se conhecer a origem dos hortifrúteis ofertados.

Quando entrevistados feirantes bolivianos em relação as dificuldades de se trazer esses produtos para serem vendidos na cidade de Corumbá, além da questão das dificuldades de se atravessar seus produtos pelas barreiras impostas pelo Estado, outra questão relatada é a dificuldade de se atravessar alimentos que estejam com seus preços elevados no Brasil, por questão de problemas na safra do produto ou outro impedimento. Um exemplo citado foi o feijão, no período que esse produto estava com preços elevados no Brasil, de acordo com alguns feirantes bolivianos que ofertavam esse produto que era produzido em seu país, ocorreu um aumento na vigilância e foram impedidos de transportarem essa mercadoria para serem vendidos nas feiras livre no município de Corumbá.

O mesmo ocorreu com o tomate, quando seu preço se elevou no Brasil, quase que de forma automática aconteceu aumento do seu controle, onde os feirantes bolivianos foram impedidos ou mesmo inibidos a trazer esse produto para ser ofertado nas feiras locais.

Além desses produtos citados nessa pesquisa, de acordo com Kukiel (2015), mercadorias relacionadas a construção civil, também são impedidos de serem transportadas quando compradas nas lojas bolivianas. Apesar de terem preços inferiores aos praticados no Brasil, o controle imposto pelo Estado brasileiro, acaba por inibir as oportunidades que essa fronteira possibilitaria a essa população fronteiriça.

Considerações finais

O arranjo territorial da fronteira acaba por ser um fator importante na forma como o Estado impõem sua soberania dentro do espaço fronteiriço, fazendo uso de seus limites como meio para instituir seu controle. No caso da fronteira entre Brasil e Bolívia, em especial entre Corumbá e Puerto Quijarro, torna-se mais efetiva pelo fato de grande parte dos fluxos de pessoas e mercadorias fazerem uso da rodovia Ramão Gomes. Com isso facilitando a realização desse controle, pois nessa rodovia onde se localizam as instituições responsáveis por essa vigilância, como Polícia e Receita Federal, Anvisa dentre outras.

Porém esse controle estabelecido nessa fronteira acaba por provocar constrangimentos para a população fronteiriça, que por vezes tem sua liberdade individual e de poder de escolha inibido por esse controle estabelecido pelo Estado Nacional nesse espaço fronteiriço. Com isso acaba por dificultar um maior aproveitamento das oportunidades que uma fronteira pode propiciar, por esse controle estabelecido pelo Estado.

Referências

- ARROYO, Miguel G. *Ofício de Mestre, Imagens e auto imagens*. 3ª ed. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2001.
- BENTANCOR, G. T. Frontera e Integración. In: BENTANCOR, G. T (Org.). *Práticas de Integração nas Fronteiras: temas para o Mercosul*. Porto Alegre: UFRGS, 1995.
- BENEDETTI, Alejandro. Lugares de frontera y movilidades comerciales en el sur sudamericano: una aproximación multiescalar. COSTA, E.A.; COSTA, G.V.L.; OLIVEIRA, M.A.M. *Fronteiras em foco*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2011. p. 33-55.
- CIGOLINI, A.A. *A fragmentação do território em unidades político-administrativas: análise da criação de municípios no Estado do Paraná*. Dissertação de mestrado apresentada à UFSC, Florianópolis, 1999.
- COSTA, Edgar Aparecido da. Mexe com o que? Vai pra onde? Constrangimentos de ser fronteiriço. COSTA, E.A., COSTA, G.V.L.; OLIVEIRA, M.A.M. (Orgs.). *Fronteiras em foco*. Ed. UFMS, Campo Grande, 2011. p. 131-170.
- COSTA, Edgar Aparecido da. Ordenamento territorial em áreas de fronteira. In: COSTA, E.A.; OLIVEIRA, M.A.M. *Seminário de estudos fronteiriços*. Campo Grande: Editora UFMS, 2009. p. 61-78.
- COSTA, Edgar Aparecido. "Os bolivianos em Corumbá-MS: construção cultural multitemporal e multidimensional na fronteira". *Cadernos de estudos culturais*, v.4, n.7, p.17-33, 2012.
- DELEUZE, G. Controle e devir. In: _____. *Conversações*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.
- DUARTE, A. Biopolítica e resistência: o legado de Michel Foucault. In: VEIGA-NETO, A. RAGO, M. (ORGs.). *Figuras de Foucault*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013, p. 45-56
- CATAIA, Márcio. A relevância das fronteiras no período atual: unificação técnica e compartimentação política dos territórios. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2007, vol. XI, núm. 245 (21). <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-24521.htm>> [ISSN: 1138-9788]

- FOUCAULT, M. *Segurança, território, população*: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008. (páginas 3 a 72)
- FOUCAULT, M. *Nascimento da biopolítica*: curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008b. (páginas 397-430).
- FOUCAULT, Michel. *Las redes del poder*. Buenos Aires: Editorial Almagesto, 1993.
- FOUCHER, Michel. *Fronts e Frontières. Un Tour du Monde Géopolitique*. Paris: Fayard, 1991
- FOUCHER, M. Introdução: a arte dos limites. In: _____. *Obsessão por fronteiras*. São Paulo: Radical Livros, 2009.
- HAESBAERT, R. Sociedades biopolíticas de in-segurança e des-controle dos território. In: OLIVEIRA, M. et al. (Org.). *O Brasil, a América Latina e o mundo: espacialidades contemporâneas*. Rio de Janeiro: Lamparina, Faperj e ANPEGE. 2008.
- HAESBAERT, R. MONDARDO, M. Transterritorialidade e antropofagia: territorialidades de trânsito numa perspectiva brasileiro-latino-americana. *GEOgraphia*, n. 24, 2010.
- HISSA, C. E. V. *A mobilidade das fronteiras: inserções da Geografia na crise da modernidade*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2006.
- KUKIEL, É. D. G. *O efeito da fronteira no setor da construção civil da cidade de Corumbá-MS*. Dissertação de Mestrado (Estud os Fronteiriços). – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul-Câmpus do Pantanal, Corumbá-MS, 2015.
- MACHADO, Lia Osório. Limites, Fronteiras e Redes in: T.M.Strohaecker, A.Damiani, N.O.Schaffer, N.Bauth, V.S.Dutra (org.). *Fronteiras e Espaço Global*, AGB-Porto Alegre,Porto Alegre, 1998, p.41-49
- MACHADO, L.O. Estado, territorialidade, redes. Cidades gêmeas na zona de fronteira sul-americana. Em: M.L.Silveira (Org.). *Continente em chamas. Globalização e território na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 285-284.
- MARTIN, André Roberto. *Fronteiras e Nações*. São Paulo: Contexto, 1997.
- MONDARDO, M. O direito ao território tradicional Guarani-Kaiowá em Mato Grosso do Sul: in-segurança, biopolítica e Estado de exceção. *Boletim Dataluta*. São Paulo, Unesp, NERA, 2013.
- MOURA, Rosa. Fronteiras invisíveis: o território e seus limites. *Revista Território*, Rio de Janeiro, ano V, n° 9, pp. 85-101, jul./dez., 2000
- OLIVEIRA, T.C.M. Os elos da integração: o exemplo da fronteira Brasil-Bolívia. In: OLIVEIRA, M.A.M.; COSTA, E.A. (Org.). *Seminário de estudos fronteiriços*. 1.ed. Campo Grande: Editora da UFMS, 2009.p. 25-44.
- RAFFESTIN, Claude. *Por Uma Geografia do Poder*. Ática. São Paulo. 1993.
- SABATEL, Vania de Oliveira. *Re lações entre comunidades rurais na fronteira Brasil-Bolívia*. (Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado em Estudos Fronteiriços) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus do Pantanal, 2013.
- SEBRAE. *Mato Grosso do Sul Sem Fronteiras*. Características e interações territoriais Bolívia, Brasil e Paraguai. 1ª edição Campo Grande: Mato Grosso do Sul Editora Visão, 2010.
- SILVA, Luis Paulo Batista da. *A geografia das cidades gêmeas de Corumbá (Brasil) e Porto Suárez (Bolívia): interações espaciais na zona de fronteira Brasil – Bolívia – 2012*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Geociências, Rio de Janeiro, 2012.
- SOUZA, João Carlos de. Tensões da modernidade de Corumbá. *ANPUH – XXII Simpósio Nacional de História*: João Pessoa, 2003.
- SOUZA, Edson Belo Clemente de; ARANHA-SILVA, Edima. O ordenamento territorial como instrumento para viabilizar a cooperação transfronteira: estudos de caso na fronteira Brasil-Paraguai. *V Seminário Internacional da América Platina*. Dezembro, 2011.

STEIMAN, R. Zona de Fronteira e Cidades Gêmeas: uma tipologia das interações fronteiriças. *Taller Internacional Espacios Urbanos y Sociedades Fronterizas en la Amazonia. Leticia, Colombia: Universidad Nacional de Colombia*, p.154-166, 2010.

STEIMAN, Rebeca. *A geografia das cidades de fronteira: um estudo de caso de Tabatinga (Brasil) e Letícia (Colômbia)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

VIRÍLIO, Paul. *Estratégia da decepção*. São Paulo: Estação Liberdade, 2000.

TELLES, V. da S. *A cidade nas fronteiras do legal e ilegal*. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2000.

TURNER, F. *Frontier and section*. New Jersey, Prentice-Hall, Inc. Englewood Cliffs, 1961.